



GT 12. Antropologia das Relações Humano-Animal

Coordenador(es):

Andréa Barbosa Osório Sarandy (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Sessão 1 - Pragas, peçonhas e animais hostis

Debatedor/a: Ana Paula Perrota Franco (UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Sessão 2 - Conservação, tempo e espaço nas relações humano-animais

Debatedor/a: Jean Segata (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 3 - Predação, proteção e trabalho animal

Debatedor/a: Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

O campo das relações humano-animal, ou Animal Studies, teria emergido na década de 1970 em meio a movimentos de proteção animal que, não obstante, remontam ao século XIX. Na verdade, os animais participam das análises antropológicas há muito tempo. Algumas análises identificaram dois paradigmas correntes: um que pode ser chamado de materialista, em busca do animal “real”; e outro semiótico, pós-estruturalista ou simbólico, em busca de representações. Mais recentemente, a emergência de reflexões sobre o perspectivismo ameríndio realçou a centralidade dos animais em aspectos da vida religiosa e cosmológica de populações ameríndias, com um forte impacto nas conhecidas relações entre natureza e cultura. O presente Grupo de Trabalho pretende ser um espaço para reflexões teóricas e pesquisas empíricas acerca das relações entre animais humanos e não humanos, a partir de um viés antropológico. Serão aceitos trabalhos tanto sobre as percepções simbólicas quanto sobre relações concretas materiais entre ambos. Entre eles, destacam-se produções voltadas aos animais de estimação, de abate, de tração, animais da fauna silvestre brasileira ou estrangeira, caça, criações, rinhas, concursos, turismo, animais de laboratório; em meio urbano, rural ou entre populações ameríndias e mesmo fora do continente americano; relações cotidianas, científicas, religiosas, alimentares, ideológicas, morais, artísticas, legislação, políticas públicas, saúde, entre outras possibilidades.

Análise da política de controle da Leishmaniose Visceral Canina no município de Porto Alegre

Autoria: Adriana Leal Abreu (UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul)

A partir da análise da política pública de controle da Leishmaniose Visceral Canina em Porto Alegre, entre os anos de 2017 e 2019, essa apresentação visa dialogar com a antropologia das epidemias (Segata, 2017; Lewgoy, Mastrangelo e Beck, 2020, entre outros) a fim de compreender os desafios e impasses da implementação do controle dessa epidemia num dos últimos lugares do Brasil em que eclodiu como epidemia humana, a partir de 2016. A análise de documentos e dados oficiais sobre a epidemia, assim como de matérias da imprensa e dados etnográficos colhidos com tutores e defensores de animais aponta para a complexidade dos efeitos das políticas públicas de controle da LVC e para a variedade das percepções de risco e reações de diferentes atores frente a esta epidemia. Analisando os procedimentos listados na carta de Porto Alegre para o item 3, que trata especificamente da questão da Leishmaniose Visceral Canina no município de Porto Alegre, observa-se que nos anos de 2016 e 2017 nenhuma eutanásia foi registrada tendo em vista que estava em vigor uma determinação judicial que impedia este procedimento. Observamos que no ano de 2018 e 2019 as eutanásias de cães, tanto por parte dos responsáveis quanto ao setor de vigilância municipal recomeçaram, indicando o cumprimento da determinação em nível nacional. Por outro lado, foram



entregues no mesmo período, 2824 coleiras antiparasitárias e pela redução da contaminação dos cães, pode-se dizer que a estratégia da entrega de coleiras à população está indo ao encontro da redução dos casos de cães infectados. Outro aspecto importante é que a espécie de flebotomíneo no município de Porto Alegre não é a mesma do restante do país que já se encontra urbanizada. Na Capital gaúcha a espécie é sobretudo silvestre.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: